



Tornar-se Liderança: Juventude, Luta e Espiritualidade Xakriabá

Becoming a Leader: Xakriabá Youth, Struggle, and Spirituality

Lucília da Glória Alves Dias

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFJF-MG.

Resumo: O povo indígena Xakriabá, situado no município de São João das Missões (MG), conta atualmente com cerca de 13 mil pessoas, segundo o censo do IBGE de 2022. A partir de pesquisa de campo e de revisão bibliográfica, este capítulo examina o protagonismo da juventude na luta política xakriabá e suas relações com os anciãos. Argumenta-se que, desde 2013, os Grupos de Jovens vêm se consolidando como lugar no qual se formam novas lideranças: jovens que aprendem a aconselhar, a escutar os mais velhos e a se relacionar com os seres que habitam o território. Dialogando com a etnologia ameríndia clássica e contemporânea, discute-se como a formação política se entrelaça à formação cultural, escolar e universitária, e como a noção nativa de luta funciona como categoria epistemológica organizadora de relações entre gerações e seres espirituais. Defende-se que a liderança xakriabá não deve ser lida apenas como representação política nos termos do Estado nacional, mas como capacidade relacional construída em termos cosmopolíticos, em que autoridade e segredo, juventude e ancestralidade, se compõem mutuamente.

Palavras-chave: povos indígenas; juventude; liderança; cosmopolítica; Xakriabá.

Abstract: The Xakriabá indigenous people, located in the municipality of São João das Missões (Minas Gerais, Brazil), currently number approximately thirteen thousand individuals, according to the 2022 IBGE census. Drawing on fieldwork and bibliographic review, this chapter examines the political agency of Xakriabá youth and their relations with elders. It argues that, since 2013, the Youth Groups (Grupos de Jovens) have been consolidating as a site in which new leaders are formed: young people who learn to counsel, to listen to their elders, and to relate to the beings that inhabit the territory. In dialogue with classical and contemporary Amerindian ethnology, the chapter discusses how political formation is intertwined with cultural, school, and university education, and how the native notion of luta (struggle) functions as an organizing epistemological category for relations between generations and spiritual beings. It contends that Xakriabá leadership should not be read solely as political representation in the terms of the nation-state, but as a relational capacity built in cosmopolitical terms, in which authority and secrecy, youth and ancestry, mutually compose one another.

Keywords: indigenous peoples; youth; leadership; cosmopolitics; Xakriabá.

INTRODUÇÃO

No Handbook of South American Indians (1946), os Shacriabá são classificados por Lowie como filiados ao tronco linguístico Jê, subdivisão Akwén, posição posteriormente confirmada por Aryon Dall'Igna Rodrigues (1986) e por Julio Cesar Melatti (1993), que os situa, junto a Xavante e Xerente, no tronco Macro-Jê, família Jê, língua Akwén. Como afirmam os Xakriabá contemporâneos, perseguições

movidas pela Igreja, pela polícia e por fazendeiros os obrigaram, por décadas, a abandonar o uso cotidiano de seu dialeto. Hoje, falantes do português no dia a dia vivem um processo de retomada e reaprendizagem do Akwén no contexto escolar, processo que é tratado por Manoel Antônio Xakriabá em sua monografia “A única herança que um índio deixa para outro índio é a luta: a história da língua Akwén do Povo Xakriabá” (2018).

A respeito do território de origem, fontes históricas indicam que os Xakriabá foram deslocados por bandeirantes, ao final do século XVIII, das proximidades do Rio Preto, em Pernambuco, para a região do Triângulo Mineiro; outras fontes sugerem deslocamentos entre o alto e o médio Tocantins e a margem esquerda do São Francisco, em território que hoje corresponde à Bahia, ao Piauí, a Minas Gerais e a Goiás. Curt Nimuendajú (1981) o localiza, no século XVIII, entre os rios Paracatu e Urucaia e, entre 1775 e 1819, na região do Triângulo Mineiro (Marcato, 1977). Atualmente, os Xakriabá são oficialmente reconhecidos como habitantes do município de São João das Missões, no norte de Minas Gerais, região do Alto-Médio São Francisco, e somam 13.370 indígenas. De acordo com o censo demográfico de 2022, 8.944 vivem na Terra Indígena Xakriabá e na Terra Indígena Xakriabá-Rancharia, 3.304 residem em área urbana e 1.102 moram em área rural.

Este povo se destaca por suas múltiplas formas de articulação política, às quais os próprios Xakriabá se referem como luta pela conquista e/ou manutenção de direitos. O objetivo deste capítulo é refletir sobre o lugar das jovens lideranças nessa luta e sobre suas relações com os líderes mais velhos. Para isso, com base em trabalho de campo e em parte da tese de doutorado da autora (Dias, 2021), apresentam-se dados que permitem repensar a diversidade de modos indígenas de aprender e ensinar, bem como a multiplicidade de lugares — aldeia, escola, universidade, ritual — em que tal aprendizado ocorre. Em relação ao texto que deu origem a este capítulo, amplia-se aqui o diálogo teórico, situando a experiência xakriabá no campo mais amplo da etnologia ameríndia, de modo a nos levar a refletir sobre categorias como chefia, pessoa, cultura e juventude.

A análise aqui desenvolvida ampara-se em uma abordagem qualitativa de orientação antropológica, que articula pesquisa de campo e revisão bibliográfica. O trabalho etnográfico foi realizado pela autora na Terra Indígena Xacriabá entre o final de 2016 e o início de 2019, período posterior à formação dos primeiros Grupos de Jovens - foco da análise desse estudo -, o que permitiu acompanhar a consolidação destes e seus desdobramentos no cotidiano das aldeias. O trabalho de campo resultou em observação participante em diferentes aldeias, além de entrevistas semiestruturadas e conversas informais com lideranças, professores de cultura e jovens lideranças, sistematizadas na tese de doutorado da autora (Dias, 2021), da qual este capítulo retoma e amplia a análise de parte dos dados.

A opção por dar centralidade à fala nativa, tratando-a como dado etnográfico e não como mera ilustração de categorias importadas, decorre de um compromisso epistemológico mais amplo: entende-se que noções como luta, conselho e espiritualidade não são simples sinônimos vernaculares de conceitos ocidentais — respectivamente, política, pedagogia e religião —, mas categorias nativas que

reorganizam, a partir de lógicas próprias, o que conta como formação de liderança entre os Xakriabá. É a partir desse arranjo entre etnografia e teoria que se sustenta o argumento central deste capítulo: o de que a liderança xakriabá não pode ser lida apenas como representação política nos termos do Estado nacional, mas precisa ser compreendida como capacidade relacional construída em termos cosmopolíticos.

DESENVOLVIMENTO

Um primeiro eixo teórico necessário a essa discussão é a antropologia política ameríndia inaugurada por Pierre Clastres. Em *A sociedade contra o Estado* (1974), Clastres descreve a chefia indígena como lugar de prestígio sem poder coercitivo: o chefe fala, aconselha, faz a mediação de conflitos e deve demonstrar generosidade, mas não comanda no sentido weberiano do termo, já que sua autoridade depende do consentimento renovado do grupo. Essa formulação clássica ilumina parte do que os interlocutores xakriabá descrevem quando afirmam que a liderança se exerce pela palavra, pelo conselho e pela escuta, e não pela imposição. No entanto, os dados etnográficos aqui discutidos convidam a relativizar a tese de Clastres sobre a sociedade indígena como instância estrutural e propositalmente “contra” a centralização do poder: entre os Xakriabá, a relação com o Estado brasileiro — mediada pela escola, pela universidade, pelas políticas de demarcação territorial e pelos próprios direitos constitucionais — não é simplesmente recusada, mas apropriada e ressignificada como instrumento de luta. É por isso que, mais do que aplicar diretamente o modelo clastreano, este capítulo o toma como ponto de partida a ser tensionado pela etnografia.

Essa reconfiguração, contudo, não se reduz à dimensão política em sentido estrito, pois a centralidade da espiritualidade na formação das lideranças jovens possibilita diálogo com o perspectivismo ameríndio, tal como formulado por Eduardo Viveiros de Castro (1996; 2002) e por Tânia Stolze Lima (2005) em sua etnografia sobre os Yudjá. Para esses autores, entre diversos povos ameríndios, humanos e não humanos compartilham uma mesma disposição ou “alma”, mas ocupam pontos de vista distintos sobre o mundo, de modo que aprender a se relacionar com seres espirituais é, antes de tudo, aprender a transitar entre perspectivas e a administrar essa diferença sem nela se perder. Essa chave interpretativa é indispensável para compreender por que, entre os Xakriabá, tornar-se liderança não é apenas adquirir competência discursiva ou política, mas também — e talvez sobretudo — desenvolver a capacidade de dialogar com encantados, de manejar o ritual do Toré e de reconhecer quando é necessário recorrer ao pajé ou aos mais velhos diante de situações que exigem saber espiritual. A pessoa-liderança xakriabá constitui-se, assim, relacionalmente, em um processo contínuo de aprendizagem que articula corpo, palavra e relação com outros sujeitos do cosmos, o que já indica os limites de qualquer leitura que reduza a chefia indígena a uma função exclusivamente política.

É precisamente nesse ponto que as formulações de Renato Sztutman sobre a cosmopolítica ameríndia se mostram fecundas para qualificar o argumento. Em *O Profeta e o Principal* (2012), Sztutman retoma a antropologia política clastreana

para mostrar que, entre os antigos Tupi da costa brasileira, a ação política nunca esteve concentrada em uma única figura, mas distribuída entre personagens que se metamorfoseiam uns nos outros — chefes, guerreiros, xamãs, profetas —, cada qual portador de um tipo de palavra e de eficácia distintos. O autor distingue, assim, a “palavra vazia” do principal, dirigida aos seus semelhantes e desprovida de poder de coerção, da “palavra plena” do xamã-profeta, cuja enunciação é visitada por subjetividades não humanas e, por isso, dotada de potência cósmica capaz de agir sobre o mundo. Nessa leitura, a política ameríndia não se define pela oposição entre religião e política, mas por um dualismo entre a gestão secular da palavra e o acesso à espiritualidade, mantido em permanente desequilíbrio — dualismo que o autor propõe nomear, ampliando para a etnologia ameríndia o vocabulário da cosmopolítica cunhado pela filósofa Isabelle Stengers: uma política que não separa o campo humano do campo cósmico, incorporando espíritos, ancestrais e outros não humanos como partícipes legítimos da vida coletiva.

A cosmopolítica sztutmaniana dialoga diretamente com o perspectivismo de Viveiros de Castro e de Tânia Stolze Lima, do qual pode ser lida como um desdobramento propriamente político: se o perspectivismo descreve uma ontologia na qual humanos e não humanos compartilham uma mesma disposição de alma mas ocupam pontos de vista distintos sobre o mundo, a cosmopolítica nomeia o trabalho — incerto e nunca definitivamente resolvido — de compor, traduzir e administrar essa multiplicidade de perspectivas sem reduzi-la a um único ponto de vista soberano. Em ensaio dedicado especificamente a essa aproximação, Sztutman (2020) propõe pensar o próprio perspectivismo como uma “cosmologia contra o Estado”: se o Estado, na leitura clastreana, é a forma social que pretende unificar sob um único centro de poder pontos de vista que deveriam permanecer múltiplos, o perspectivismo ameríndio fornece o lastro cosmológico dessa recusa, ao afirmar que nenhuma perspectiva — humana, animal, xamânica ou espiritual — pode subsumir todas as demais. O mesmo ensaio sugere, ainda, uma conexão entre esse problema e o que se convencionou chamar “cosmopolítica do Antropoceno”: a ideia de que a crítica ameríndia à centralização do ponto de vista tem algo a ensinar a um mundo não indígena hoje confrontado, pela crise ecológica, com os limites de sua própria pretensão de unificar a política e a natureza sob um único regime de verdade. É esse duplo legado — clastreano e perspectivista, relido à luz da cosmopolítica — que permite compreender por que, entre os Xakriabá, tornar-se liderança supõe tanto aprender a falar em nome do coletivo diante do Estado quanto aprender a transitar entre pontos de vista humanos e espirituais, sem que uma dessas competências substitua ou anule a outra.

A Construção do Protagonismo Político: os Grupos de Jovens

No cotidiano das aldeias, há uma movimentação constante de lideranças e professores — sobretudo os chamados professores de cultura — voltada a organizar e engajar a juventude na luta do povo, o que já sinaliza que a formação política xakriabá não é espontânea, mas cuidadosamente cultivada. Um dos maiores desafios, segundo relato do senhor Valdinho, ex-liderança da aldeia Barreiro Preto,

é evitar que os jovens deixem de valorizar a história e a cultura xakriabá diante do contato intenso com elementos do mundo não indígena:

Mais de acordo com o movimento, daqui e dacolá, né? Com a vinda da televisão, da internet, do Facebook, esses trem. Isso pra nós é um problema muito sério. Ajuda? Ajuda. Mas desmantela muita coisa. Se não tiver concentrado mesmo, se não tiver pensando no que era o passado, no que é o presente, onde nós estamos, pra onde nós vamos, muitas vezes você acaba desconcentrando e aquilo que é de mais importância pra nós a gente acha que não vale nada. É isso que nós, a liderança e alguns professores, vivemos alertando a juventude (Senhor Valdinho, Aldeia Barreiro Preto, fevereiro de 2018).

Nessa fala sobressai uma postura recorrente dos mais velhos: conversar com os jovens sobre passado, presente e futuro do povo, sublinhando que toda a infraestrutura e todos os direitos hoje disponíveis — território, escolas, postos de saúde, pinturas corporais, língua, prática do Toré — são fruto de décadas de luta e devem ser cuidados. O relato do senhor Rosalvo Fiúza, liderança da aldeia Sapé, é igualmente elucidativo dessa pedagogia da memória:

E então tem esses jovens que estão aqui e não chegaram a conhecer a luta. Nós que temos mais idade, nós colocamos isso: 'Hoje vocês estão vendo aqui dessa forma, mas uns 30 anos atrás, era muito diferente, não tinha sequer uma casa, não tinha escola, não tinha um posto de saúde, não tinha um médico, não tinha nada'. Isso que a gente começa falando (Senhor Rosalvo Fiúza, aldeia Itapicuru, fevereiro de 2018).

Em numerosos movimentos de luta realizados dentro e fora das Terras Indígenas Xakriabá (Dias, 2021), acessam-se perspectivas sobre o passado e presente do povo e acionam-se visões sobre o futuro da vida no território, em um exercício voltado a fazer com que todos se conscientizem de que a luta é contínua e mutável, exigindo a união entre gerações e o recurso à espiritualidade, descrita pelos próprios Xakriabá como a maior força do território. Tomando emprestada a leitura clastreana já relativizada acima, pode-se dizer que essa pedagogia da memória funciona como antídoto a uma centralização indesejada do poder: ao insistir em que os direitos não vêm de fora, mas foram conquistados pela ação coletiva, as lideranças mais velhas reafirmam o caráter coletivo e renovável da autoridade política xakriabá — e, com isso, transmitem aos mais jovens não apenas informações históricas, mas um modo relacional de exercer a liderança.

É nesse movimento de reflexão sobre conquistas e direitos que emergem, a partir de 2013, os Grupos de Jovens Xakriabá, geralmente liderados por professores de cultura e por jovens que se destacam pelo compromisso com a luta e pelo desenvolvimento espiritual. Conforme relatou um dos jovens líderes do grupo Itapicuru-Sapé:

"Eu lembro muito de 2013, foi o momento que mais fortaleceu essa visão de juventude assim. Foi mais em 2013 com a

questão da retomada. E também já tinha essa parte da escola que era mais para os jovens. E esses jovens, com a questão da retomada e, de lá da retomada pra cá, em 2013, foram criando vários grupos, e é aí que os grupos e os líderes desses grupos se reúnem, conversam, trocam ideias, para sempre estarem dialogando ali e não deixando uma ideia fugir da outra. E também querendo saber mais sobre a própria questão da espiritualidade” (Edvan, aldeia Itapicuru, fevereiro de 2019).

O surgimento desses grupos esteve ligado a aldeias localizadas tanto no interior do território já demarcado quanto nas áreas de retomada; entre os que mais se fortaleceram e permaneciam em plena atividade até 2019 estão os grupos das aldeias Itapicuru-Sapé, Prata, Embaúba-Brejo do Mata Fome, Rancharia e Morro Vermelho. Tais coletivos se constituem no convívio cotidiano da aldeia — sobretudo na escola e nas reuniões com lideranças —, sendo acompanhados pelos professores de cultura, frequentemente integrantes dos próprios grupos, e têm como disposição central o diálogo e o aconselhamento mútuo, articulados ao aconselhamento das lideranças mais velhas.

Em termos de atuação concreta, os jovens procuram intervir em questões cotidianas da aldeia relacionadas à juventude que não integra esses coletivos — uso de drogas, condução perigosa de veículos, consumo excessivo de álcool —, funcionando como ponte de comunicação entre lideranças e juventude e dialogando com a comunidade sobre temas como política partidária e elaboração de projetos coletivos, sempre sob autorização e orientação das lideranças. Promovem ainda oficinas nas escolas e colaboram na realização de rituais restritos a lideranças, anciãos e jovens já iniciados nas questões da espiritualidade.

Essa última dimensão — o contato com seres espirituais — não é acessória, mas estruturante do processo de formação de lideranças, o que reforça o argumento perspectivista já introduzido. Os Xakriabá entendem que não há nada garantido quando o assunto são os direitos; por isso, cuidar deles passa por incentivar a juventude a conhecer e rememorar a história do povo, a compreender os aspectos da espiritualidade, a proteger o território e a se engajar permanentemente na luta, compreendida como processo que nunca se encerra, apenas se transforma. Para se manterem concentrados e fortes nessa busca, os Xakriabá recorrem ao que chamam de espiritualidade, descrita como “a fortaleza”:

Foi como o tio Rosalvo falou. Antes, quando Rosalino chamava e falava “eu quero 200 ou 300 homens aqui amanhã”, ele tinha. E, naquela época, havia menos gente, só que ele tinha aquele número de pessoas. A gente, quando foi para fazer a retomada em 2013, foi mais a questão da espiritualidade e a questão do ritual mesmo que ajudaram na questão da preparação para a retomada e orientaram a gente. Ela é a fortaleza (Edvan, aldeia Itapicuru, fevereiro de 2019).

As camadas mais profundas dessa espiritualidade permanecem, contudo, sob domínio do pajé e de alguns anciãos, que orientam os jovens interessados em

aprender sobre os rituais e os identificam como capazes de guardar os segredos a eles vinculados — o que introduz, no argumento deste capítulo, a noção de segredo como componente necessário, e não acidental, da autoridade xakriabá. O próprio Edvan distingue, em sua fala, tipos de liderança conforme o contexto e o grau de acesso ao saber espiritual:

Assim, a gente costuma dizer que, quando a gente sai, é a gente que lidera o grupo, mas aqui dentro quem lidera somos nós são as lideranças, cacique e pajé. Esses são os que nos nós. Nós somos líder apenas daquele grupinho de gente ali, pra tomar uma atitude ali, pra fazer uma conversa. Por isso que a gente é líder. Porque a gente tem o papel de tá buscando com as lideranças, cacique, pajé, o que a gente pode tá apresentando e o que a gente tem que tá deixando conosco mesmo, guardando segredo. [...] Eu sou um dos líderes do FIEI, são dois, justamente também por conhecer essa parte da espiritualidade, do que pode e do que não pode, porque lá a gente apresenta um ritual também, mas um ritual diferente do que a gente apresenta aqui dentro do território (Edvan, aldeia Itapicuru, fevereiro de 2019).

Essa fala é decisiva para o argumento deste capítulo porque revela que a liderança xakriabá não é uma posição única e homogênea, mas um conjunto escalonado de papéis, cuja legitimidade depende tanto do reconhecimento político do grupo quanto do acesso — sempre parcial e regulado — ao saber espiritual. A distinção que Edvan traça entre liderar “quando a gente sai” e ser liderado, “aqui dentro”, pelas “lideranças, cacique e pajé” pode ser lida à luz do dualismo entre principal e profeta proposto por Sztutman (2012): assim como, entre os Tupi antigos, a palavra do chefe — dirigida aos semelhantes, eficaz na mediação com outros coletivos e com o Estado — convivia com a palavra do xamã-profeta — visitada por potências não humanas e, por isso, capaz de agir sobre dimensões que escapam ao alcance da diplomacia secular —, também entre os Xakriabá a liderança política da juventude, voltada para fora do território e para a relação com órgãos estatais, universidades e movimentos indígenas mais amplos, não substitui, mas se articula e se subordina ao saber guardado pelo cacique e, sobretudo, pelo pajé, guardião do acesso aos encantados e ao ritual do Toré.

Não se trata, contudo, de uma simples hierarquia entre um centro espiritual “verdadeiro” e uma periferia política “derivada”: como sugere a noção de cosmopolítica, ambos os registros — o da representação diante do Estado e o da relação com os seres do território — são igualmente constitutivos da luta xakriabá, e é exatamente a capacidade de transitar entre eles, sem confundi-los, que define o que Edvan e seus pares entendem por ser liderança. Esses modos de liderança não constituem, portanto, fenômenos estanques, mas momentos de um mesmo processo contínuo de formação, no qual formação política, formação “na cultura”, formação universitária, conversas locais e participação em reuniões se mesclam.

Uma das características centrais do grupo de jovens é, assim, ser nicho propício à formação de lideranças: nele, os jovens aprendem cotidianamente a conversar e

a aconselhar seus pares, a ouvir os mais velhos e a estabelecer contato com seres espirituais. Já em 1987, em relatório produzido para o processo de homologação da Terra Indígena Xakriabá, Maria Hilda Paraíso destacava a necessidade de os líderes participarem do ritual do Toré e dominarem os conhecimentos espirituais associados a ele, no qual o encantado Onça Cabocla atua como espírito auxiliar, aconselhando caciques e representantes de aldeias sobre a administração de crises internas e sobre o trato das relações interétnicas — ilustração exemplar do que aqui se vem chamando de cosmopolítica, já que um ser não humano participa, como conselheiro, da própria deliberação sobre a política externa do povo diante do Estado e de outras etnias. Esse registro de mais de três décadas situa a formação espiritual da juventude contemporânea em uma genealogia de práticas de chefia muito mais antiga, o que reforça o argumento de que os Grupos de Jovens não inauguram, mas reatualizam, um modelo xakriabá de liderança.

O conjunto de dados e referências mobilizado permite, assim, sustentar a tese central deste capítulo: a de que a liderança xakriabá não deve ser reduzida a uma função de representação política nos termos do Estado nacional — vereador, conselheiro tutelar, presidente de associação —, tampouco a uma continuidade automática da chefia descrita pela etnologia clássica, mas compreendida como capacidade relacional, construída em termos cosmopolíticos — no sentido preciso que Sztutman (2012; 2020) confere a essa noção —, na qual autoridade e segredo, juventude e ancestralidade, escola e ritual, palavra política e palavra espiritual se compõem mutuamente e não se excluem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura cruzada da etnografia xakriabá com a etnologia ameríndia clássica e contemporânea não autoriza tratar Clastres, o perspectivismo de Viveiros de Castro e Tânia Stolze Lima e a cosmopolítica de Renato Sztutman como três chaves teóricas justapostas, aplicadas sucessivamente aos mesmos dados. O que a etnografia xakriabá permite enxergar é que esses três registros descrevem, de ângulos distintos, um mesmo tecido relacional: a chefia sem coerção descrita por Clastres (1974) só se sustenta, entre os Xakriabá, porque a palavra da liderança — política, dirigida aos semelhantes e ao Estado — se articula a uma outra palavra, a dos encantados, do pajé e dos rituais, cuja eficácia depende de uma ontologia perspectivista na qual humanos e não humanos, apesar de partilharem uma mesma disposição, ocupam pontos de vista distintos sobre o mundo (Viveiros De Castro, 1996; 2002; Lima, 2005). É precisamente esse duplo funcionamento — a palavra secular do principal e a palavra espiritual do pajé ou do profeta, para retomar os termos de Sztutman (2012; 2020) — que a noção de cosmopolítica ajuda a nomear: uma política que não separa, mas compõe o campo humano e o campo cósmico, e cuja eficácia depende de administrar essa composição sem jamais resolvê-la em favor de um único ponto de vista soberano.

É por isso que a chefia xakriabá, embora compartilhe com a chefia descrita por Clastres o caráter não coercitivo e fundado na palavra e no consentimento, não

pode ser pensada como recusa absoluta da relação com o Estado: a apropriação da escola, da universidade e do vocabulário de direitos é parte constitutiva da própria luta, o que aproxima essa experiência das discussões sobre afirmação territorial e dos diferentes modos de se vivenciar a cultura. Mas essa apropriação — que, isolada, poderia sugerir uma domesticação da política indígena pelos termos do Estado — só se compreende integralmente ao lado do outro polo da cosmopolítica xakriabá: o de uma autoridade que continua a depender do pajé, dos anciãos e dos encantados, e que reserva a esses domínios o segredo que os protege de qualquer tradução completa para a linguagem do direito estatal. Autoridade e segredo, escola e ritual, palavra política e palavra espiritual não são, portanto, polos concorrentes entre os quais a liderança xakriabá teria de optar, mas dimensões que se compõem mutuamente — exatamente o que Edvan descreve ao distinguir a liderança que se exerce “quando a gente sai” daquela exercida, “aqui dentro”, pelo cacique e pelo pajé.

É também por isso que os Grupos de Jovens, mais do que um espaço de socialização política em sentido estrito, funcionam como um verdadeiro laboratório cosmopolítico: neles, a juventude xakriabá aprende, ao mesmo tempo, a falar em público, a redigir projetos e a dialogar com o Estado e com outros povos — competências da ordem do principal — e a escutar os mais velhos, a participar do Toré e a reconhecer os limites do que pode ser dito fora do círculo dos iniciados — competências da ordem do profeta e do pajé, para manter o vocabulário de Sztutman. Ao recusar a imagem da juventude indígena como sujeito em transição ou em risco de perda cultural, a experiência dos Grupos de Jovens Xakriabá corrobora, assim, a proposição de Assis da Costa Oliveira (2023): a juventude constitui-se como campo ativo de produção política e cultural, e não como mera etapa de espera para o exercício futuro da liderança. Mais do que isso, os dados aqui discutidos sugerem que essa juventude ativa é, ela própria, o lugar em que a cosmopolítica xakriabá se reproduz e se atualiza a cada geração: é na interação cotidiana entre internet, escola, retomadas de terra, conselho dos anciãos e rituais que os jovens aprendem a não deixar “uma ideia fugir da outra”, como resume Edvan, e a manter juntos, sem os confundir, os dois registros de que depende a luta.

Os jovens são vistos pelos mais velhos como aqueles que podem e devem garantir os direitos das futuras gerações. Entre os Xakriabá, existe a convicção de que nada está garantido em matéria de direitos, de modo que cuidar e zelar por eles é tarefa permanente — tarefa que, como se procurou mostrar, não se esgota na conquista de direitos formais, mas supõe cultivar, a cada geração, a força espiritual sem a qual, segundo os próprios Xakriabá, nenhuma luta se sustenta. Incentivar a juventude a conhecer e rememorar a história do povo, a compreender a espiritualidade, a proteger o território e a engajar-se na luta — entendida como processo que nunca se encerra, apenas se transforma — é, portanto, o modo xakriabá de compor política e cosmo, presente e ancestralidade, de modo a garantir que a concentração e a força do povo se mantenham diante dos desafios do presente e do futuro. Se, como sugere Sztutman (2020), o perspectivismo e a cosmopolítica ameríndia têm algo a ensinar a um mundo não indígena hoje

confrontado com os limites de sua pretensão de unificar, sob um único ponto de vista, a política e a natureza, é talvez porque experiências como a dos Grupos de Jovens Xakriabá mostrem, de modo muito concreto, que defender um território — e o futuro de um povo — nunca foi apenas uma tarefa política, mas sempre, também e inseparavelmente, uma tarefa cosmopolítica.

REFERÊNCIAS

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978 [1974].

DIAS, Lucília da Glória Alves. **Terra, ciência, encantos e modos xakriabá de luta**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sidra: sistema IBGE de recuperação automática**. Pessoas indígenas, por sexo e grupos de idade, segundo etnia, povo ou grupo indígena [...]. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. tab. 10395. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10395>. Acesso em: jun. 2026.

LIMA, Tânia Stolze. **Um peixe olhou para mim: o povo Yudjá e a perspectiva**. São Paulo: Editora UNESP/ISA/NUTI, 2005.

LOWIE, Robert H. **The Northwestern and Central Gê**. In: Handbook of South American Indians. Washington: Smithsonian Institution, 1946. v.1, p.477-517.

MARCATO, Sônia de A. **Remanescentes Xakriabá em Minas Gerais**. In: Arquivos do Museu de História Natural, v.3. Belo Horizonte: UFMG, 1977.

MELATTI, Júlio César. **Índios do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1993.

OLIVEIRA, Assis da Costa. **Juventudes Indígenas no Brasil: mobilizações e direitos**. Curitiba: CRV, 2023.

PARAÍSO, Maria Hilda. **Identidade Étnica dos Xakriabá**. Brasília: FUNAI, 1987.

SILVA, Manoel Antônio de Oliveira. **“A única herança que um índio deixa para outro índio é a luta”: a história da língua Akwén do Povo Xakriabá**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Matemática) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SZTUTMAN, Renato. **O profeta e o principal: a ação política ameríndia e seus personagens**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2012.

SZTUTMAN, Renato. Perspectivismo contra o Estado: uma política do conceito em busca de um novo conceito de política. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.63, n.1, p.185-213, 2020.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio**. Mana, v.2, n.2, p.115-144, 1996.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.